

AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA MULHER NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL FEMININO SANTA LUZIA

Joabson dos Santos Lima¹, e-mail: joabsonlima01@gmail.com;

Pedro Simonard² (Orientador), e-mail: pedrosimonard@gmail.com

Exemplo: 4.04.00.00-0 - Enfermagem 4.04.06.00-8– Enfermagem em Saúde Coletiva

Introdução: O Brasil se diferencia de outros países da América Latina por possuir um conjunto de leis para a consagração de direitos das pessoas privadas de liberdade, consoantes com as principais recomendações internacionais, a exemplo da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 1984), que estende os princípios democráticos ao cárcere, incluindo o objetivo de proporcionar assistência ao preso em variadas esferas e condições de integração social ao apenado (BRASIL, 1984). Tendo como objeto de estudo o diálogo entre as políticas públicas de saúde do Estado direcionadas às mulheres privadas de liberdade e a sociedade na efetivação – por parte dos sujeitos envolvidos num complexo processo social – das ações de saúde numa unidade prisional. **Objetivos:** Analisar quais e como são aplicadas as políticas públicas de assistência à saúde das mulheres privadas de liberdade no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia, em especial a realização do exame de citologia para a prevenção e possibilidade de cura do câncer cervical, bem como traçar o perfil sociodemográfico das mulheres privadas de liberdade, identificando a raça/cor, através da aplicação de questionário semiestruturado, com as mulheres que realizaram o exame de citologia no ano de 2021, com faixa etária de 25 a 64 anos. **Metodologia:** Trata-se de um Estudo de Caso (YIN, 2005) descritivo com abordagem qualitativa. Na perspectiva da assistência em saúde, a relação existente na ação de cuidar em Enfermagem envolve um contexto social que expressa diferentes concepções de saúde, doença, necessidades e o próprio fazer do enfermeiro, podendo conduzir a vivências positivas e negativas dos sujeitos envolvidos, no âmbito da

promoção, prevenção e recuperação da saúde (JESUS et al, 2013). O cenário para realização da pesquisa será o Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia (EPFSL), localizado em Maceió, Alagoas. A solicitação de autorização para execução será realizada a Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social – SERIS, bem como pedido ao comitê de Ética do Centro Universitário Tiradentes. **Resultados esperados:** Identificar, através de pesquisa documental e *in loco*, quais as políticas públicas de assistência à saúde da mulher na unidade prisional e identificar os critérios, a periodicidade e os procedimentos da realização do exame de citologia oncótica em mulheres privadas de liberdade. Além de analisar os achados citológicos das mulheres no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia, no período de 2011 a 2020.

Palavras-chave: Citologia Oncótica; Mulheres Encarceradas; Sistema Prisional.

ABSTRACT: Introduction: Brazil differs from other Latin American countries by having a set of laws for the enshrinement of the rights of persons deprived of liberty, in accordance with the main international recommendations, such as the Criminal Execution Law (Law nº 7.210, of 1984), which extends democratic principles to prison, including the objective of providing assistance to prisoners in various spheres and conditions of social integration to the convict (BRASIL, 1984). Its object of study is the dialogue between the public health policies of the State aimed at women deprived of liberty and society in the implementation – by the subjects involved in a complex social process – of health actions in a prison unit. Objectives: To analyze which and how public health care policies for women deprived of liberty are applied in the Santa Luzia Female Prison, in particular the performance of cytology tests for the prevention and possibility of cure of cervical cancer, as well as tracing the sociodemographic profile of women deprived of liberty, identifying race/color, through the application of a semi-structured questionnaire, with women who underwent the cytology exam in 2021, aged between 25 and 64 years. Methodology: This is a descriptive case study (YIN, 2005) with a qualitative approach. From the perspective of health care, the relationship existing in the action of caring in Nursing involves a social context that expresses different conceptions of health, disease, needs and the nurse's own work, which can lead to positive and negative experiences of the subjects involved, in the context of of health promotion, prevention and recovery (JESUS et al, 2013). The setting for the research will be the Santa Luzia Female Prison (EPFSL), located in Maceió, Alagoas. The request for authorization for execution will be made to the Secretariat for Resocialization and Social Inclusion – SERIS, as well as a request to the Ethics Committee of Centro Universitário Tiradentes. Expected results: To identify, through documental and in loco research, which are the public health care policies for women in the prison unit and to identify the

criteria, frequency and procedures for performing the oncotic cytology exam in women deprived of liberty. In addition to analyzing the cytological findings of women in the Santa Luzia Female Prison, from 2011 to 2020.

Keywords: Oncotic Cytology; incarcerated women; Prison System

Referências/references:

ALAGOAS. Superintendência Geral da Administração Penitenciária. **População Carcerária.** Alagoas, 2020. Disponível em: <http://www.seris.al.gov.br/populacao-carceraria/mapa-07-11.07.2016.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

_____. Superintendência Geral da Administração Penitenciária. **Sala de Imprensa.** Alagoas, 2015. Disponível em: <http://www.seris.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2015/08-agosto-1/presidio-feminino-marca-nova-fase-na-gestao-do-sistema-penitenciario>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Seção 1, p. 10227. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras/ Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, Conselho Nacional de Justiça – 1. Ed – Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016

_____. Ministério da Justiça. Resolução nº 01, de 10 de fevereiro de 2014. Brasília, 2014e. Disponível em: [file:///C:/Users/Qbex/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA1%20de%202014%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Qbex/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA1%20de%202014%20(1).pdf). Acesso em: 17 jul. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº 1.777, de 9 de setembro de 2003. **Institui o Plano Nacional Saúde no Sistema Penitenciário.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 set. 2003. Seção 1, p. 39-43. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/sistemaprisional/leis/2003Portaria1777.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_nacional_saude_sistema_penitenciario_2ed.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

_____. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial n. 1, de 2 de janeiro de 2014.
Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: Ministério da Saúde. 2014a. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Seção 1, p. 10227. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 15 ago. 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_controle_das_dst.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CRISTINA PIMENTEL COSTA, E; DE CARVALHO LINS HAMLIN, C. **Enfim, a liberdade: as mulheres e a vivência pós-cárcere**. 2011. 264 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9186>. Acesso em: 19 ago. 2020.

FERNANDES, B.R; RIGHETTO, L.E.C; O sistema carcerário brasileiro. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**, Itajaí, v.4, n.3, p.115-135, 2013. Disponível em: www.univali.br/ricc > ISSN 2236-5044. Acesso em: 25 set. 2020.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (BRAZIL). **Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero**. Ministério da Saúde, Instituto Nacional do Câncer (INCA), 2016.

POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade e integração dos saberes**. Liinc em Revista, v.1, n.1, março 2005, p. 3 -15. Disponível em:
[wttp://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/186/103](http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/186/103).

THOMPSON, Jonh B. **A Mídia e a Modernidade, Uma teoria social da mídia**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

Ministério da Saúde. *Atlas On-line de Mortalidade*. [Internet] Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Câncer; 2015 [cited 13 de outubro de 2015]; Available from: <https://mortalidade.inca.gov.br/MortalidadeWeb/>.

Zimmer AS, Rosa DD. *Cervix Cancer*. **Rev Bras Oncologia Clínica**. 2007;4 (12):27-31.

IARC;, GLOBOCAN. *Cervical cancer incidence, mortality and prevalence worldwide in 2012*. [Internet] Paris: IARC; 2012 [cited 2014/11/26]; Available from: <http://globocan.iarc.fr/old/FactSheets/cancers/cervix-new.asp>.

Gamarra CJ, Valente JG, Silva GA. *Correction for reported cervical cancer mortality data in Brazil, 1996-2005*. **Rev Saude Publica**. 2010;44(4):629-38.

Scapulatempo C, Fregnani JH, Campacci N, Possati-Resende JC, Longatto-Filho A, Rodeo Study T. *The significance of augmented high-grade squamous intraepithelial lesion detection on pap test examination: partial results from the RODEO study team*. **Acta Cytol**. 2013;57(5):489-94.

de Sanjose S, Alemany L, Ordi J, Tous S, Alejo M, Bigby SM, et al. *Worldwide human papillomavirus genotype attribution in over 2000 cases of intraepithelial and invasive lesions of the vulva*. **Eur J Cancer**. 2013;49(16):3450-61.

Aggarwal P. *Cervical cancer: Can it be prevented?* **World J Clin Oncol**. 2014;5(4):775-80.

CALCAGNO SC. Legislação da saúde prisional em análise. **RELACult-Revista Latino- Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 4, 2019. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1346>
Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVA, M. **Saúde penitenciária no Brasil: plano e política**. Brasília: Verbena, 2015. P.8-10.

SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. WAGNER, Helmut. "A abordagem fenomenológica da sociologia". In: SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ARAUJO, R. A; CARTAXO, H. G.O; ALMEIDA, S. M. O; ABRÃO, F. M. S; ALMEIDA FILHO, A. J; FREITAS, C. M. S. M. Contribuições da filosofia para a pesquisa em enfermagem. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 388-394, Apr/June, 2012. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/pdf/1277/127722728025.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2020.

PESCE, L; ABREU, C. B. M. Pesquisa qualitativa: considerações sobre as bases filosóficas e os princípios norteadores. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 19-29, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/747>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

JESUS, M.C. P; CAPALBO, C; MERIGHI, M.A. B; OLIVEIRA, D.M; TOCANTINS, F.R; RODRIGUES, B.M.R. D, et al. A fenomenologia social de Alfred Schütz e sua contribuição para a enfermagem. **Rev Esc Enferm USP**, v.47, n.3, p.736-4, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v47n3/0080-6234-reeusp-47-3-00736>>. Acesso em: 07 set. 2020.

EGLER, Tamara Tania Cohen. **Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas**. Sociologias, Porto Alegre, n. 23, p. 208-236, abr. 2010 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222010000100008&lng=pt&nrm=iso.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015

CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao estudo das Políticas Públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada** / Alvaro Chrispino. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. 256 p.

GRAY, David E. **Pesquisa no Mundo Real**. 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012